

SAINDO DO ARMÁRIO:

Discutindo gênero e homossexualidade masculina para a constituição de uma pesquisa geográfica

Gabriel de Lima Souzaⁱ

*Doutorando em Geografia
(PUC-Rio)*

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo trazer uma breve discussão de gênero e homossexualidade masculina para a Geografia. Partimos da ideia de que o espaço geográfico é um conjunto de interrelações que internaliza em sua produção uma multiplicidade de trajetórias, e, por isso, diante de uma dominação da heteronormatividade, os sujeitos homossexuais produzem espacialidades alternativas às da heteronorma através de fugas, isolamentos e/ou resistências, movimentos que são de extrema importância para um debate geográfico. Pretendemos refletir se a Geografia, juntamente com outras ciências sociais, tem dado espaços suficientes e necessários para essas temáticas.

Palavras-chave: Geografia; Gênero; Homossexualidade Masculina.

COMING OUT OF THE CLOSET: DISCUSSING GENDER AND MALE HOMOSEXUALITY FOR THE CONSTITUTION OF A GEOGRAPHICAL RESEARCH

ABSTRACT

This article aims to bring a dialogue between gender, male homosexuality and Geography. We understand space as a set of interrelationships that internalize a multiplicity of trajectories in its production, and, therefore, faced with a domination of heteronormativity, homosexual people produce alternative spatialities through escapes, isolations and / or resistances, movements that are essential for a geographical debate. We intend to analyze whether Geography, along with other social sciences, has given enough attention to these themes.

Keywords: geography; gender; male homosexuality.

ⁱ *Endereço institucional:* Rua Marquês de São Vicente, n. 225. Edifício da Amizade, ala Frings, sl. F411. Gávea. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. CEP: 22451-900.

Endereço eletrônico:
gabriel.geo2010@gmail.com

*A placa de censura no meu rosto diz:
Não recomendado a sociedade
A tarja de conforto no meu corpo diz:
Não recomendado a sociedade
Perverso, mal amado, menino malvado, muito cuidado!
Má influência, péssima aparência, menino indecente, viado!*

(Não Recomendado – Caio Prado)

Introdução

No dia 28 de junho de 1969 um grupo formado por gays, lésbicas, transexuais e *dragqueens*, frequentadores do bar *Stonewall Inn*, em Nova York, partiram para um confronto aberto com policiais após constantes abordagens. Essa data se internacionalizou como o Dia do Orgulho Gay e perdura até hoje como o grande marco do Movimento LGBTI+, que desde então ganha cada vez mais força sobretudo nas questões civis, visto que, antes disso, o campo de discussões estava muito vinculado à saúde e ao vírus HIV (FACCHINI, 2011). O problema é que, enquanto o movimento se fortalecia, crescia também uma onda de intolerância contra gays, lésbicas e transexuais, refletida na violência contra essas minorias.

Alguns anos após o levante de *Stonewall* e uma maior repercussão do movimento que ali se iniciara, foi lançado em 1988 no Brasil um documentário chamado *Temporada de Caça*, da cineasta, jornalista e ativista lésbica Rita Moreira. O filme chama atenção até os dias de hoje pela forma como muitas pessoas se referiam aos grupos trans e homossexuais. Na época os assassinatos desses sujeitos aconteciam em massa e quando abordadas para o documentário, algumas pessoas nas ruas diziam não saber o que estava acontecendo, enquanto outras, que tinham conhecimento sobre esse fato, demonstravam concordar com tal ação. Quando essas pessoas são questionadas sobre o porquê de acharem certo os assassinatos, podemos ouvir respostas ofensivas e agressivas como “o homem nasceu pra ser homem e não pode ficar virando”, “não deveriam existir homossexuais”, “isso deve acabar, prendendo ou matando” ou “os homossexuais estão poluindo a cidade de São Paulo e o ideal seria matar mesmo”.

Embora as opiniões discriminatórias das pessoas abordadas nas ruas que concordavam com os assassinatos sejam as mais chocantes, uma outra afirmação específica nos chama atenção. Diferente da maioria dos entrevistados, um homem, acompanhado por uma mulher, disse que já tinha ouvido falar sobre as mortes, e quando foi perguntado o que ele achava de tudo isso ele respondeu de maneira simples e direta: “Não sei, não é problema que me preocupa”. A mulher ao seu lado riu e disse concordar com o homem repetindo suas palavras: “Não me preocupa realmente”. Nos apropriaremos dessa fala como ponto de partida para nosso debate aqui apresentado: seria a pluralidade que atravessa o gênero, o sexo e as sexualidades problema que nos preocupa? Como a geografia – assim como outras ciências, sobretudo sociais – tem lidado com essas questões?

De acordo com a geógrafa Joseli Maria Silva, “discutir gênero e sexualidade no âmbito da geografia ainda gera certos desconfortos e polêmicas” (SILVA, 2010, p. 39). Mesmo estando inseridas há mais de quarenta anos na ciência geográfica, a autora observa que ainda é comum as pessoas questionarem a validade dessas abordagens em seu desenvolvimento teórico e metodológico. Concordamos com a autora e salientamos que esse tipo de questionamento vai ser muito comum dentro e fora da academia. Um exemplo recente disso aconteceu em maio de 2018 em Rio Grande – RS, quando, através de uma rede social, uma figura pública de um partido conservador compartilhou duras críticas ao trabalho do pesquisador Diego Miranda Nunes, intitulado *A produção das masculinidades e socioespacialidades de homens que buscam parceiros do mesmo sexo no aplicativo Tinder no município do Rio Grande – RS*. O autor da postagem afirmou que o trabalho em questão era “uma demonstração da decadência de parcela das pesquisas produzidas com o dinheiro público” e que não era aceitável um trabalho como tal receber bolsa de pesquisa para seu desenvolvimento. Já para o autor do trabalho que sofreu retaliação nas redes sociais, a postagem, e seus respectivos comentários, nos mostram um verdadeiro desconhecimento sobre o que a geografia estuda além de temas mais comuns como os da geografia econômica, política e agrária, por exemplo (NUNES, 2019).

Existe uma concepção plenamente aceita pelos cientistas da geografia de que “o espaço é a materialização da sociedade e de que toda espécie humana é espacial”,

porém, “nem toda a humanidade esteve expressa no conhecimento geográfico” (SILVA, 2010, p. 39). Trata-se de uma crítica levantada, sobretudo, pela Geografia Feminista, que, desde os anos de 1970, busca abordar as relações de gênero através dos olhares geográficos. Foi um movimento que de alguma maneira “desestabilizou a noção da ciência como um saber neutro, objetivo, pautado nas verdades científicas, e deflagrou um importante debate epistemológico que acabou por reconhecer a geografia como um saber moderno, eurocêntrico, masculino, branco e heterossexual (SILVA, 2010, p. 41). Assim, o viés feminista vai ser importante por trazer uma outra compreensão da produção do espaço, ao abrir caminhos não só para trabalhos com temas ligados às mulheres, mas também para outros marcadores como sexualidades, raça e classe (NUNES, 2019).

Talvez, se a mesma pergunta apresentada no documentário *Temporada de Caça* fosse realizada nos dias de hoje, com certeza, para o bem ou para o mal, as respostas seriam outras. Sabemos que a sexualidade sempre foi um assunto cercado de preconceitos que vão variar de acordo com cada cultura. Entretanto, desde o fim do século passado, com o fortalecimento do movimento homossexual, a ideia do que é ser homossexual vem sendo vista por muitos de forma bastante diferente de antes. Não podemos negar que a difusão das informações através da televisão e do cinema, e principalmente da Internet, não só abriram um espaço maior de visibilidade para pessoas LGBTI+, como também deram a oportunidade de “sair do armário” àqueles que antes não viam nessas variações de sexo, sexualidade e gênero como parte integrante da personalidade dos sujeitos.

Cabe ressaltar que ao utilizarmos a expressão “sair do armário” nos referimos não apenas ao ato que um sujeito homossexual faz ao “assumir” publicamente para família ou amigos sua orientação sexual, mas também ao processo de construção de sua identidade homossexual e sua interferência nos seus espaços vividos. Segundo Louro (2018), o dilema entre “assumir-se” ou “permanecer enrustido”, ou seja, dentro do armário, passa a ser considerado um divisor fundamental e um elemento indispensável na construção da identidade gay. Para Butler (2003), esse processo faz com que os homossexuais se vejam livres da opressão e passam a agir como si mesmos,

mas, ao mesmo tempo, a opacidade envolvida em entrar em um território não-heterossexual insinua julgamento sobre a sua própria identidade.

Diante disso, o presente artigo se dedica a uma breve discussão de gênero e homossexualidade masculina, enfatizando como esses conceitos vão ser importantes para nosso trabalho enquanto uma pesquisa geográfica. Trata-se de um texto baseado no segundo capítulo da tese de doutorado em andamento que tem como título provisório “Na praia, na montanha, sob a luz do luar ou em algum lugar além do arco-íris: olhares geográficos sobre as espacialidades homossexuais masculinas representadas nos filmes Praia do Futuro, *Brokeback Mountain* e *Moonlight*”. O capítulo em questão possui um caráter mais teórico conceitual fruto dos debates realizados na disciplina Espaço e Gênero, ministrada pela professora Regina Célia de Mattos do Programa de Pós-Graduação em Geografia da PUC-Rio. As leituras e as formulações teóricas do espaço, do gênero e da heteronormatividade trouxeram-nos algumas inquietações que dão um aporte teórico para nossa tese em desenvolvimento, que tem como objetivo geral analisar as espacialidades homossexuais masculinas produzidas numa sociedade construída dentro do discurso conservador da heteronormatividade.

Precisamos falar sobre gênero

Nosso exercício teórico de “sair do armário” nos impulsiona a abrir os horizontes de estudos que cada vez mais ganham força e voz nos mais diversos espaços, sejam eles acadêmicos ou não. Por isso, antes de adentrarmos numa discussão da própria homossexualidade e da homofobia, precisamos falar sobre gênero. Segundo Joan Scott (2019), gênero é uma categoria de análise particularmente útil nos estudos de sexo e sexualidade, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis atribuídos às mulheres e homens e que cada um, homem e mulher, implica no estudo do outro. Embora, neste trabalho, nossa ênfase seja particularmente na homossexualidade masculina, acreditamos ser impossível falar de masculinidades sem antes apontarmos a própria noção de gênero enquanto construção social, a qual

interfere diretamente nas muitas manifestações de discriminação de gênero e sexualidade, em geral, na homofobia, cada vez mais crescente entre nós.

Sabemos que as lutas por conhecimento travadas pelos sujeitos homossexuais não são fáceis, afinal, a própria homossexualidade vem sendo durante anos vista com diferentes olhares mesmo quando ainda não era chamada assim, pois desde a Antiguidade registram-se casos de pessoas que se relacionam com outras do mesmo sexo. Porém, se traçarmos um histórico daquilo que hoje entendemos por homossexualidade veremos o quanto esta é tratada com preconceito, visto que o desprezo pelo 'outro', a antipatia pelo diferente também são tão antigos (HELLER, 2008). Conforme veremos mais adiante, mesmo quando a relação entre dois homens era aceita por algumas sociedades, já existiam certas ressalvas a até mesmo preconceitos criados a partir do pensamento masculino hegemônico muito presente em cada um dos lugares e das épocas que iremos citar.

Partindo da lógica de que a maioria dos preconceitos são produtos das classes dominantes, pois é a elas que interessa manter a coesão de uma estrutura social, apoiadas no conservadorismo, no comodismo, no conformismo ou nos interesses imediatos dos integrantes dessas classes (HELLER, 2008; PATTO, 1993), ainda hoje deparamos uma série de juízos de valor apoiados nesses dois polos ordenadores dos comportamentos sexuais: a divisão social dos sujeitos em heterossexuais e homossexuais.

Dado isso, Costa e Heidrich (2007) verificam que os sujeitos homossexuais, ou seja, aqueles abarcados por desejos homoeróticos, ainda carregam um sentimento de culpa e medo, reafirmados por uma série de estereótipos ligados a uma anormalidade e de desvio social. É muito comum os sujeitos associados à homossexualidade, seja ela masculina ou feminina, estarem associados à vulgaridade, perversão, promiscuidade, extravagância, ou simplesmente como expressa o cantor e compositor carioca Caio Prado: não recomendado à sociedade. Toda essa lógica de *indecência, má influência e péssima aparência*, ainda parafraseando o cantor, trazem, dentre muitas conseqüências, a autoexclusão, a fuga, o isolamento e talvez uma constante busca por um espaço onde possa viver de maneira plena sua homossexualidade, ou seja, espacialidades homossexuais.

Nos estudos sobre sexo, gênero e sexualidade, a questão do nome assume um papel de extrema relevância. De acordo com Moreira (2010), um nome não é uma palavra aleatória e qualquer, ao contrário, o ato de nomear possui relações de poder cada vez mais complexas na relação entre linguagem e realidade. De forma muito semelhante, Scott (2019), ao traçar a importância da categoria de gênero para análise histórica, vai afirmar que “as palavras, como as ideias e as coisas que elas significam, têm uma história” (p. 49). Por isso, julgamos ser de extrema importância mobilizarmos, mesmo que de maneira breve, a história e o que alguns autores desenvolveram sobre as categorias de gênero, sexo e sexualidade.

A teórica feminista Judith Butler (2003) constrói sua reflexão e afirma que, de acordo com o pensamento dominante, as pessoas só se tornam inteligíveis ao adquirir seu gênero em conformidade com os padrões reconhecíveis de inteligibilidade do gênero. Butler chama de gêneros “inteligíveis” aqueles que instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre o sexo biológico, o gênero culturalmente constituído e os efeitos de ambos na manifestação do desejo sexual, nas relações afetivas, por meio da prática sexual (BUTLER, 2003; SALIH, 2015). É verdade que desde crianças nos encontramos em uma matriz heterossexual, que é binária e oposicional na qual “homem e mulher aparecem justamente nessa ordem hierárquica, primeiro homem e depois mulher” (MOREIRA, 2010, p. 2920). Porém, conforme aponta Kimmel (1998), “é evidente que esse modelo não surgiu do nada, mas sim a partir de circunstâncias históricas dadas” (p. 109).

Durante muito tempo, as masculinidades vêm sendo construídas de forma simultânea em diferentes campos de relações de poder: na relação dos homens com as mulheres e na relação dos homens com outros homens (KIMMEL, 1998). Segundo Welzer-Lang (2001), essas relações – homens/mulheres e homens/homens – parecem ser o produto de um duplo paradigma naturalista: primeiro, “a pseudo natureza superior dos homens, que remete à dominação masculina, ao sexismo e às fronteiras rígidas e intransponíveis entre os gêneros masculino e feminino” e segundo, “a visão heterossexualizada do mundo na qual a sexualidade considerada como “normal” e “natural” está limitada às relações sexuais entre homens e mulheres” (WELZER-LANG, 2001, p. 460). Tais paradigmas trazem à tona as representações sociais de

homens e mulheres hoje tão cristalizadas em nossa sociedade. De um lado temos o homem enquanto uma figura hegemônica, viril, provedora do lar e que, sob hipótese alguma, pode demonstrar sensibilidade; de outro, a mulher, enquanto figura subalterna, submissa ao homem, que representa a vida doméstica, a obrigação familiar, a fragilidade. Nessa construção, a linguagem atua de maneira poderosa, conforme verifica Butler (2018). Segundo a autora, assim como Deus ao dizer “faça-se a luz” e a luz passou a existir, ou como a guerra se materializa após os presidentes declararem guerra, a maioria de nós temos nosso gênero estabelecido ainda bebês, quando um familiar ou um profissional da saúde declaram uma criança como sendo menina ou menino.

Por isso, é comum nos depararmos com a categoria gênero em diversas pesquisas que tem como um dos temas principais a sexualidade. De acordo com Scott (2019), o uso da categoria “gênero” implica na tentativa acadêmica de ampliar os estudos feministas nos anos 80, além de indicar as construções sociais de mulheres e homens, visto que um implica estudo do outro. Segundo Prado & Machado (2008), o conceito de gênero merece uma atenção especial, pois, “foi através dele que a política das posições sexuais contemporâneas ganhou força teórica, através da crítica ao patriarcalismo e de seus valores” (p. 48). Primeiramente, como afirma Almeida (2015), utilizar as demandas de gênero como uma terminologia mais ampla, incluindo aí aquelas relacionadas às sexualidades, pode soar, do ponto de vista analítico, simplificadora e pouco compreensível, contudo, do ponto de vista político, é estratégica, pois, “mostra a importância do domínio sexual na constituição do próprio sujeito de direito, não somente de suas demandas” (ALMEIDA, 2015, p. 198).

É verdade que, como nos adverte Butler (2003), a matriz heterossexual na qual estamos inseridos cria normas de inteligibilidade na qual a identidade de cada sujeito é assegurada por conceitos de sexo, gênero e sexualidade. Dessa forma, “gêneros “inteligíveis” seriam aqueles que mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, sexualidade e gênero (BUTLER, 2003, p. 38). Mas afinal, do que se trata cada uma dessas categorias? Segundo Reis (2018, p.18), “em termos simples, o sexo biológico diz respeito às características biológicas que a pessoa tem ao nascer”, incluindo, “cromossomos, genitália, composição hormonal, entre outros”. Nesse caso,

além da pessoa nascer macho ou fêmea, em estudos atuais vem crescendo o debate acerca das pessoas intersexuais, ou seja, aquelas que nascem com anatomia reprodutiva ou sexual e/ou padrões de cromossomos que não se enquadram como masculinos ou femininos. A sexualidade, ou desejo sexual, por sua vez, pode ser entendido enquanto orientação sexual, que se refere à capacidade de cada pessoa ter atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gênero diferente (heterossexual), do mesmo gênero (homossexuais) ou mais de um gênero (bissexuais), conforme verifica Reis (2018). Contudo, de acordo com Katz (1996), não podemos estabelecer identidades fixas relativas à sexualidade, afinal a distinção homo/hetero/bissexual é muito simples diante da complexidade que o próprio desejo sexual em si carrega.

Por fim, a ideia de gênero, foi criada para distinguir a dimensão biológica da dimensão social (REIS, 2018). Trata-se daquilo que Butler, partindo da célebre frase de Simone de Beauvoir, declarou como o “não-natural”, em construção:

Se há algo de certo na afirmação de Beauvoir de que ninguém nasce e sim toma-se mulher decorre que mulher é um termo em processo, um devir, um construir de que não se pode dizer com acerto que tenha uma origem ou um fim. Como uma prática discursiva contínua, o termo está aberto a intervenções e re-significações (BUTLER, 2003, p.58-59).

Gênero, conforme afirma Butler, pode ser entendido como um devir, como um processo que não tem começo nem fim, trata-se de uma construção social e que está relacionado muito mais ao que “fazemos” e não ao que “somos” (SALIH, 2015). É a partir desse pensamento de gênero enquanto processo, que Louro (2018) compara o processo de generificação com uma viagem. Para a autora, quando declamamos que uma criança “é uma menina!” ou “é um menino!” instala-se na vida daquele sujeito uma espécie de “viagem”, pois instala-se um processo de masculinização ou feminização que, supostamente, deve seguir determinado rumo ou direção (LOURO, 2018). Trata-se daquilo que Butler vai apresentar como o fenômeno da performatividade. Conforme nos explica a autora, “a performatividade caracteriza primeiro, e acima de tudo, aquela característica dos enunciados linguísticos que, no momento da enunciação, faz alguma coisa acontecer ou traz algum fenômeno à existência” (...) e mais, “é um modo de nomear um poder que a linguagem tem de produzir uma nova situação ou de adicionar um conjunto de efeitos” (BUTLER, 2018,

p.35). Assim, na performatividade, reproduzimos, através de nossos corpos, representações que nos dizem como devemos falar e agir em sociedade, o que devemos vestir, como devemos nos comportar em cada ambiente, etc. tudo como base em no gênero que nos foi atribuído ao nascer. Por isso, além do gênero ser percebido como um elemento constitutivo de relações sociais com base nas diferenças percebidas entre os sexos, é uma forma primeira de significar as relações de poder (SCOTT, 2019, p. 67).

Como exposto, os gêneros inteligíveis, segundo Butler (2003), seriam aqueles que mantêm de maneira coerente e a partir do padrão dominante, o sexo biológico, o gênero e a orientação sexual. Por exemplo, um indivíduo do sexo masculino, assume características ao gênero masculino, sentindo desejo e praticando sexo com pessoas do sexo oposto. Porém, e voltando à metáfora da viagem feita por Louro (2018), mesmo que existam normas e padrões a serem seguidas, existem aqueles que de alguma forma rompem com tais regras, afinal, “pode ser instigante sair da rota fixada e experimentar as surpresas do incerto e do inesperado” (LOURO, 2018, p. 16). Segundo Butler (2018, p. 37), “embora estejamos de algumas maneiras obrigados a reproduzir as normas de gênero, a polícia responsável por nos vigiar algumas vezes dorme em serviço e nos vemos desviando do caminho designado”. O problema é que, em nossa sociedade, esses “desviantes” ou “viajantes” que não se conformarem às normas de inteligibilidade são vistos como falhas do desenvolvimento ou impossibilidades lógicas (BUTLER, 2003, p. 39), em outras palavras, todo e qualquer indivíduo que não se enquadra dentro dessa matriz heterossexual e binária de macho e fêmea, homem e mulher, torna-se ilegítimo, sendo excluído, marginalizado (ALMEIDA, 2016) e alvo preferido de pedagogias corretivas e de ações de recuperação ou punição (LOURO, 2018), justamente algo que vem ocorrendo com os homossexuais ao longo do tempo, fato que pretendemos discutir melhor a seguir.

Homossexualidade masculina para além do arco-íris¹

Os sujeitos que se desviam (ou se aventuram longe?) da matriz heterossexual ao mesmo tempo que ficam à deriva e se afastam, tornam-se ainda mais presentes. Suas escolhas, suas formas e seus destinos marcam a fronteira e o limite, indicando o espaço que não deve ser atravessado (LOURO, 2018, p. 17). E essa viagem não é recente... Sabemos que há muito tempo, homens se relacionam com outros do mesmo sexo. De acordo com Cotta & Rezende (2015), traçar um histórico da prática homossexual seria retornar aos primórdios da civilização e, ainda assim, ater-se às análises profundas de suas culturas, uma vez que a homossexualidade é encarada, interpretada e identificada de inúmeras maneiras por variadas organizações sociais. Não temos nem mesmo uma definição consensual do que seja a homossexualidade, afirmam Prado e Machado (2008). Para eles, essa indefinição se dá porque a homossexualidade é muito mais que o comportamento sexual entre pessoas do mesmo sexo e a análise histórica desses sujeitos “proporciona o espaço e as ferramentas necessárias para um trânsito entre culturas de forma comparativa, de modo que possamos visualizar nossos próprios hábitos e concepções por ângulos diferentes” (PRADO & MACHADO, 2008, p. 31).

Comecemos na Antiguidade, a exemplo da Grécia e de Roma, onde “a homossexualidade era percebida como necessária e relevante para o funcionamento da ordem e da hierarquia social” (REINKE et al., 2017, p.288). Para os gregos, a relação entre dois homens, ou a homossexualidade masculina, como a chamamos hoje, era considerada legítima e se tratava, sobretudo, de uma relação amorosa e sexual entre um homem mais velho e outro mais jovem. Segundo Borrillo (2010), o homem adulto tinha a função de preparar um adolescente para a vida social, e dessa relação surgiu o termo "pederastià" - do grego pais, paidós (menino) e éros, érotos (amor, paixão, desejo ardente). Podemos citar ainda o caso dos espartanos, conhecidos como uma sociedade guerreira. De acordo com Reinke et al. (2017),

As relações homoeróticas eram aceitas socialmente, pois os espartanos viam as relações entre casais de amantes homens como uma

¹ O arco-íris é frequentemente usado como símbolo da pluralidade homossexual e compõe a bandeira do movimento LGBTI+ criada em 1977 pelo artista estadunidense Gilbert Baker.

forma de fortalecimento e coesão militar. Um guerreiro treinava um jovem na arte da guerra, um aprendizado longo e árduo, e a relação entre o guerreiro e o seu aprendiz era próxima e vital, tão importante que os planos de batalha do Exército espartano eram feitos com base nessa relação (p.278).

Contudo, é importante ressaltarmos que aquela naturalização do desejo homoerótico se manifestava bem diferente da forma como a vemos hoje, e por isso, também deve ser analisada sobre uma outra ótica, como fez o filósofo Michel Foucault. Na obra *História da Sexualidade II: o uso dos prazeres*, o autor afirma que, para os gregos não havia uma oposição entre o amor ao seu próprio sexo e ao sexo oposto e completa:

As linhas de demarcação não seguiam uma tal fronteira. A oposição entre um homem temperante e senhor de si e aquele que se entregava aos prazeres era, do ponto de vista da moral, muito mais importante do que aquilo que distinguia, entre elas, as categorias de prazer às quais era possível consagrar-se mais livremente. Ter costumes frouxos consistia em não saber resistir nem às mulheres nem aos rapazes, sem que este último caso fosse mais grave do que o outro (FOUCAULT, 1998, p.167).

Foucault questiona, inclusive, sobre uma bissexualidade dos gregos. Para ele, um grego podia amar um rapaz ou uma moça de forma simultânea ou alternada. Não se tratava de reconhecer duas formas de desejos diferentes, mas sim de uma livre escolha entre os dois sexos. Para os gregos, como afirma o autor, “o que fazia com que se pudesse desejar um homem ou uma mulher era unicamente o apetite que a natureza tinha implantado no coração do homem para aqueles que são “belos”, qualquer que seja o sexo” (FOUCAULT, 1998, p. 168).

Outro ponto interessante apontado por Foucault sobre a complexa relação homossexual dos gregos se refere às noções de “tolerância” ou “intolerância”. O ato de se relacionar afetivamente com rapazes era permitido por lei assim como era admitido pela opinião, com fortes suportes de diferentes instituições militares e pedagógicas. Contudo, completa o autor,

(...) a isso tudo se misturavam atitudes bem diferentes: desprezo pelos jovens demasiado fáceis ou demasiado interessados, desqualificação dos homens efeminados, dos quais Aristófanos e os autores cômicos zombavam frequentemente, rejeição de certas condutas vergonhosas como a dos devassos que, aos olhos de Cálicles, apesar de sua ousadia e de sua franqueza, era bem a prova de que nem todo prazer podia ser bom e honrado (FOUCAULT, 1998, p.168-169).

Destarte, a pederastia era aceita, mas tinha suas ressalvas. Como analisa Reinke et al. (2017), o relacionamento precisava ser, exclusivamente, entre um homem mais velho e um jovem, e suas famílias deveriam possuir o mesmo relacionamento social da sociedade grega. Outra característica interessante colocada pelos autores é que, entre os gregos, a passividade era vista como uma vergonha social, visto que os homens eram conhecidos por sua masculinidade e virilidade. Se um indivíduo “perdesse tal qualidade, poderia ser associado à condição social de uma mulher e encarado por sua imagem de fragilidade ou submissão, associada aos escravos” (REINKE et al. 2017, p. 279).

Na Roma Clássica, não foi muito diferente. O homoerotismo dos romanos se aproximava muito da pederastia, embora, em Roma, essa relação se dava entre um cidadão e um escravo ou um liberto, conforme aponta Possamai (2010). De fato, existia uma tolerância com uma relação entre dois homens, desde que estivesse de acordo com algumas condições, como: não afastar o cidadão de seus deveres, não utilizar pessoas de estrato inferior como objeto de prazer e evitar assumir o papel de passivo nas relações com os subordinados (BORRILLO, 2010).

A partir dessa afirmação confirmamos que mesmo sendo legitimada pela lei e pela moral da época, a relação entre dois homens na Antiguidade tinha suas próprias limitações e preconceitos. Segundo Possamai (2010) já se falava naquela época de um comportamento antinatural, contudo, não em relação à divisão entre homossexuais e heterossexuais, mas sim entre ativos e passivos. O espaço público grego e romano antigos, conforme exemplifica Almeida (2016), pertencia ao homem viril, ativo, e detentor de poder que mantinham relações com outros homens, porém, muitas vezes, vistos como “inferiores”. Isso não nos revela outra coisa senão a influência e o fortalecimento de um pensamento sexista e misógino, consolidado, mais tarde, com o heterossexismo da tradição judaico-cristã.

De acordo com Borrillo (2010), a tradição judaica inaugurou, no Ocidente, uma época de homofobia, totalmente nova e que nunca tinha sido praticada por outra civilização.

Sob a influência do cristianismo, o Império Romano empenha-se na repressão das relações entre pessoas do mesmo sexo. A crença na qualidade natural e a moralidade das relações heterossexuais monogâmicas - e,

correlatamente, a percepção da homossexualidade como prática nociva para o indivíduo e para a sociedade - levam o imperador Teodósio 1º, em 390, a ordenar a condenação à fogueira de todos os homossexuais passivos (BORRILLO, 2010, p. 48)

A homofobia praticada pela tradição judaico-cristã era baseada, sobretudo, nas escrituras sagradas. A Bíblia, do ponto de vista da abordagem literal, abomina em diferentes momentos a homossexualidade. No Velho Testamento podemos destacar, por exemplo, no livro de Gênesis, o relato da destruição das cidades Sodoma e Gomorra, castigadas por seus pecados sexuais. Essa história, inclusive, deu origem ao termo religioso sodomia, que se refere às práticas sexuais vistas como imorais, dentre as quais se destaca o sexo anal entre homens.

Outra passagem bíblica marcante sobre a homossexualidade encontra-se no livro de Levítico. Trata-se de um livro de instruções ao povo israelita, cuja escrita é atribuída à Moisés e que no capítulo 18 apresenta o seguinte ordenamento: “Não se deite com um homem como quem se deita com uma mulher; é repugnante” (Levítico 18:22). Segundo Borrillo (2010), a relação homoerótica e a punição por essa atrocidade, como a morte, vista nos capítulos seguintes de Levítico, refletem os alicerces patriarcais do povo judeu, que em nome da preservação biológica da comunidade e a conservação cultural da sociedade patriarcal, condena outras práticas além da relação com mulheres para procriação. Além disso, como afirma Mott (2001), essa ideologia demográfica pró-natalista servia como uma grande estratégia para ocupação do território:

Rodeados por nações antigas, superpopulosas e poderosas – assírios, babilônicos, caldeus, hititas, egípcios –, os hebreus, este pequenino bando de pastores nômades, não tinham outro caminho para atingir seu ambicioso projeto civilizatório: fazer filho, fazer muitos filhos, engravidando ao máximo suas mulheres e escravas, a fim de cumprir a promessa feita por Javé ao patriarca Abraão: “Multiplicarei a tua posteridade como as estrelas do céu e as areias do mar!”. Destarte, o exercício da sexualidade passou a ter apenas um objetivo: povoar de estrelas-humanas as areias do deserto, procriar novos guerreiros capazes de enfrentar os violentos inimigos, esses, sempre desejosos de curvar o orgulho daquela pequenina tribo de pastores endogâmicos, que propalava ser o único povo escolhido pelo verdadeiro Deus, Javé, o Deus dos Exércitos. E que tratava os povos vizinhos como gentios, e suas divindades, como falsos deuses (MOTT, 2001, p. 43).

Por isso, se atentarmos, foi a relação homoerótica masculina a mais perseguida do que os demais atos não reprodutivos. Ainda de acordo com Mott (2001), isso pode

ser explicado por uma simples lógica aritmética: “são dois “semeadores” que desperdiçam a semente vital, diferentemente de quando um homem se masturba ou mantém relação com algum animal, ocorrendo a perda de apenas um produtor da semente vital” (p.43). E é por isso, como observa o autor, que o lesbianismo, por exemplo, foi praticamente ignorado dentro do povo judeu e não mencionado pelos textos bíblicos.

Esse pensamento homofóbico é mantido no Novo Testamento Bíblico, que também contém passagens (1 Coríntios 6:9-10; Judas 6-7; Romanos 1:18) que não só abominam, como também indicam as consequências da homossexualidade masculina, como a pena de morte ou não ter direito à salvação, segundo as escrituras. É claro que tal percepção social, muda também a própria relação desses sujeitos com o espaço, quando se retira do espaço público os homens que se relacionavam com outros homens, reservando para eles a fogueira (ALMEIDA, 2016).

Tal discurso encontrou seu alicerce no período histórico entre os séculos V e XV conhecido como Idade Média, sobretudo com a Escolástica e os textos de Tomás de Aquino, os quais, segundo Vainfas (2010), trazem a mais influente definição de sodomia para os católicos e protestantes da época moderna. De acordo com o autor, Tomás de Aquino, através da célebre Suma Teológica, procurou classificar os grandes pecados que implicassem desvios irracionais da sexualidade natural, dando ênfase ao sexo anal e conseqüentemente à relação entre homens.

Entre a cópula anal e a homofilia sexual, assim oscilavam os sábios da cristandade na definição do abominável pecado sodomítico, dilema que sobreviveria até os setecentos. Não chegaram, por certo, a definir qualquer espécie de “caráter sodomítico”, longínquo precursor do personagem homossexual que viria à luz no século XIX, mas não restringiram o sodomita a mero culpado de atos impuros. Vislumbraram a ocorrência de condutas homófilas, e talvez não tenham ultrapassado esse ponto por apego excessivo à cópula anal enquanto ato definidor, sendo a prática de atos o modo essencial com que apreendiam e julgavam o uso sexual do corpo. Prova máxima dessa ênfase no ânus foi o desamparo revelado por quase todos os teólogos no entendimento da sodomia foeminarum, conforme veremos a seu tempo. A maioria deles, mesmo quando admitia que também as mulheres podiam “unir-se torpemente umas com as outras”, escusava-se de examinar a matéria em detalhe, o que causaria profundos transtornos aos juizes doravante encarregados de sentenciar “mulheres nefandas”. Afinal, se as mulheres não tinham pênis, como poderiam perpetrar o supremo ato sodomítico uma na outra? Seria o uso de “instrumentos”, incapazes de produzir sêmen, o equivalente ao falo masculino na sodomia entre fêmeas? Dilemas como esse não faltariam nos processos judiciais de todos os países

na época das Reformas, tempo de intolerância prenunciado pelas perseguições nos séculos XIV e XV (VAINFAS, 2010, p. 155).

E tem sido esse o discurso homofóbico reproduzido ao longo dos séculos. As representações negativas em relação ao corpo e ao prazer, nas sociedades ocidentais, são fruto da tradição judaico-cristã (REINKE et al. 2017). Entretanto, é interessante observarmos que as passagens do Novo Testamento que falam acerca da homossexualidade não se encontram nos evangelhos, os livros que narram a vida de Jesus Cristo. Este falava muito sobre o amor ao próximo e perdão dos pecados, mas nunca mencionou diretamente o “pecado sexual” de uma relação entre pessoas do mesmo sexo. Curiosamente, na atualidade, muitas pessoas têm usado o nome de Cristo contra as pessoas LGBTI+, vendo-as como uma ameaça à sociedade e à família. Tomemos dois casos como exemplo: o primeiro, refere-se a um influente pastor evangélico carioca que, na época das discussões acerca de um projeto de lei contra a homofobia, espalhou pela cidade diversos outdoors com a frase “Em favor da família e preservação da espécie humana. Deus fez macho e fêmea”.

O outro caso, mais recente, foi quando o atual prefeito da cidade do Rio de Janeiro – que também é pastor – através da Secretaria de Ordem Pública (SEOP) mandou recolher na Bienal do Livro que acontecia na cidade, livros que segundo ele, teria um “conteúdo impróprio para crianças e adolescentes”. Um dos grandes destaques foi o exemplar da história em quadrinhos (HQ) *Vingadores – A cruzada das crianças*, escrita por Allan Heinberg e desenhada por Jim Cheung. Nessa edição dois personagens do sexo masculino, Wiccano e Hulkling, são namorados e um dos quadrinhos mostra um beijo entre eles. Para o prefeito, o beijo *gay* faz da revista um material que atenta contra os princípios da família através de conteúdo sexual. Tal fato confirma a inquietação de Mott (2001) ao dizer que:

Mesmo em nossos dias, quando a humanidade se vê confrontada com o espectro da explosão demográfica, os homossexuais continuam sendo acusados de constituírem uma grave ameaça à sobrevivência de nossa espécie: é comum ouvirmos, entre intelectuais e gente do povo, o argumento de que se for completamente liberado o homoerotismo, a humanidade corre inevitável risco de extinção. Mais do que ledó engano, tal assertiva indica claramente o quanto a sociedade heterossexista teme a normalização dos amores unissexuais, pois suspeita que sua liberação redundaria num crescimento incontrolável de homens e mulheres que deixariam de interagir sexualmente, pondo em xeque a perpetuidade de nossa descendência (MOTT, 2001, p. 51).

Os exemplos citados anteriormente – práticas homofóbicas modernas, mas que muito tem a ver com as perseguições dos tempos passados – são apenas dois de muitos casos de homofobia no Brasil. Pensar o preconceito e a discriminação contra pessoas LGBTI+ em nosso país também nos faz viajar um pouco por nossa própria história, descobrindo que essa fobia à homossexualidade na sociedade brasileira contemporânea tem uma forte relação com o projeto civilizatório trazido pelos portugueses para o Novo Mundo (MOTT, 2001).

Segundo Trevisan (1986) os códigos sexuais dos indígenas que habitavam as terras descobertas pelos portugueses não tinham nada em comum com o puritanismo ocidental daquela época. Entretanto,

(...) entre os costumes devassos dos habitantes desse paraíso tropical, nada chocava mais os moralistas da época do que a prática do ‘pecado nefando’, ‘sodomia’ ou ‘sujidade’ – nomes dados à relação homossexual que segundo o pudico historiador Abelardo Romeiro, grassava há séculos, entre os brasis, como uma doença contagiosa (TREVISAN, 1986, p. 37).

Existem muitas fontes desde o início da colonização do Brasil onde aparece a homossexualidade dos indígenas, escritas por autores como: Gaspar de Carvajal(1540), Padre Manuel da Nóbrega (1549), Padre Pero Correia (1551), Jean de Léry (1557), Pero de Magalhães Gandavo (1576) e Gabriel Soares de Sousa (1587), os quais faziam referências a diferentes grupos nativos, principalmente os Tupinambás² (FERNANDES, 2016). Portugal, por sua vez, era uma nação inserida de forma profunda na catolicidade e não escapava das crenças tomistas relativas à sodomia, como afirma Trevisan (1986). Seria então papel da Igreja, por meio da Coroa, e/ou vice-versa, dar conta de seu papel sagrado de combater tal prática (FERNANDES, 2016). Quando as terras do recém-descoberto Brasil foram distribuídas e divididas em Capitânicas Hereditárias, o Rei português D. João III, não só entregou aos donatários uma parte de suas terras, mas também deu instruções para uma melhor

² Um dos casos mais emblemáticos envolvendo os tupinambás ocorreu em 1614, quando o missionário francês Yves D'Évreux (1577-1632), da Ordem dos Capuchinhos, ordenou a prisão, tortura e execução do índio Tibira, que foi amarrado pela cintura à boca de um canhão. O pretexto utilizado pelo missionário foi, como em muitos outros casos, purificar a terra do pecado da sodomia. Reportagem Indígenas gays: ‘Amor e ódio na colônia: Padres mataram um tupi homossexual amarrando-o na boca de um canhão’. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/historia-indios-gays-amor-e-odio-na-colonia.phtml>, acesso: 10 mai. 2019.

administração da colônia, dentre elas, punições diante de algumas ações, das quais destacam-se quatro casos: heresia, traição, falsificação de moeda e sodomia (TREVISAN 1986).

Segundo Vainfas (2010), a Sodomia praticada entre os homens era o crime mais denunciado na visita do século XVI e o único desvio moral que podia, em determinadas circunstâncias, levar os culpados à fogueira. Durante a Santa Inquisição na colônia, os sodomitas eram expostos como criminosos e transgressores das leis divinas e humanas em praças e igrejas com o intuito de intimidar, assim como divertir a multidão que assistia. Os acusados revelavam-se medrosos, mostravam arrependimentos e consciência culpada diante do inquisitor. Além disso, em muitos casos, alegavam terem sido violentados por senhores e homens poderosos, algo que era aceitável entre os inquisidores se tratando de escravos, criados e servidores. Preferiam relatar os mais diversos tipos de atos sexuais, do que o sexo anal, por se tratar da “mais abominável e perigosa sodomia que poderia condená-los à morte” (VAINFAS, 2010, p. 264).

A homossexualidade no Brasil Colônia era mais temida do que na Europa, pois, de acordo com Mott (2001), “a frágil conjuntura colonial vai exigir um incremento da autoridade do macho, significativo crescimento demográfico e reforço das funções sociais da família patriarcal (p. 57). Foi somente no século XIX, com as significativas transformações pelas quais o Brasil passou – a independência, os dois reinados, o período regencial, a abolição da escravatura e o ingresso na República – que a homossexualidade, e as práticas sexuais como um todo, passaram dos domínios da religião para os da ciência (MOREIRA, 2012). Nesse período, temos a construção de um discurso higienista, somados a uma nova ideia de pátria, e com esse pragmatismo patriótico instauram-se papéis sexuais bem delimitados (TREVISAN, 1986).

Como observamos, a prática homossexual é antiga, contudo, a dicotomia heterossexualidade/homossexualidade é historicamente recente, como nos chama atenção o historiador Jonathan Ned Katz, na obra *A invenção da heterossexualidade*, publicada no início de 1990. De acordo com o autor, a heterossexualidade é inventada no discurso como algo que está fora do discurso. Ela é construída como se fosse algo que é universal e fora da temporalidade. Durante muito tempo, o instinto sexual era

identificado como um desejo de procriação de homens e mulheres, ou seja, o ato sexual propriamente dito. Contudo, o ideal reprodutivo estava começando a ser contestado. Conforme apontamos anteriormente, o ato de nomear as coisas possui relações de poder cada vez mais complexas na relação entre linguagem e realidade. Dentro dessa lógica, o homem decide dar nomes aos instintos sexuais, nesse caso, às sexualidades.

Na obra de Katz, lemos que os termos heterossexual e homossexual não surgiram do nada no final do século XIX. As duas categorias já estavam em formação desde 1860 em países como Alemanha, Inglaterra, França e Itália, assim como em alguns países da América. Em 1862, na Alemanha, o escritor Karl Heinrich Ulrichs, deu diferentes nomes sexuais para os homens que amavam mulheres e para os que amavam outros homens. Já em 1869, o escritor e ativista dos direitos humanos austro-húngaro Karl-Maria Kertbeny, em diálogo com Ulrichs, usou privadamente também novos termos que inventara: monossexualidade, heterossexualidade e homossexualidade, sendo esta última como “uma condição inata, que se manifestava por meio de impulsos e desejos, opondo-se, assim, ao conceito de ‘invertidos’ até então empregado para identificar pessoas que mantinham relações sexuais com pessoas de mesmo sexo” (REINKE et al, 2017, p.276). Por isso, geralmente é atribuída a ele a criação dessas categorias com as quais estamos acostumados, embora esta seja apenas uma das muitas formas como esses nomes eram mencionados no final do século XIX e início do século XX. Nos Estados Unidos, por exemplo, a palavra heterossexual foi introduzida pelo Dr. James G. Kiernan, em 1892, que associava a heterossexualidade a uma das várias manifestações anormais do apetite sexual, o que nos mostra que o próprio termo heterossexual, a princípio, nem sempre significou o normal e o bom (KATZ, 1996).

Ainda segundo Katz (1996), Sigmund Freud, na obra *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905), emprega o termo heterossexual sem explicação, sugerindo que o termo já era comum na medicina. Cabe-nos ressaltar que, nesses estudos, a categoria heterossexual era dependente da categoria homossexual, como se uma explicasse a outra.

Freud usa heterossexual para referir-se a uma emoção, a vários impulsos, instintos ou desejos eróticos e a um tipo de amor. Seu heterossexual também

se refere a um tipo de atividade e pessoa. Esses usos tendem a fazer o sentimento, não o ato, definir o heterossexual. Isso contrasta com o antigo modelo reprodutivo que se concentrava nos atos. No uso moderno de Freud, o sentimento hétero define o ser hétero, se a pessoa praticar ou não atos heterossexuais. Freud promoveu a criação de uma identidade heterossexual. Esse médico também ajudou a formar a nossa crença na existência de algo unitário e monolítico com uma vida e um poder dominante próprios: a heterossexualidade. Os usos explícitos de Freud da palavra heterossexual ajudaram a constituir um erotismo de sexo diferente como a norma dominante da sociedade moderna (KATZ, 1996, p.75).

Com a ajuda de Freud e de outros médicos, o conceito heterossexual foi aos poucos sendo reconhecido como uma sexualidade essencial, eterna e normal. Existem muitos estudos, e até mesmo algumas controvérsias, a respeito da homossexualidade no campo da psicologia e em estudos como os de Freud e Lacan. Entretanto, um dos documentos que mais nos chama atenção sobre o assunto é uma carta de Freud escrita em 1935 em resposta a uma mãe que pedia que o psicanalista “curasse” seu filho homossexual. Nela, Freud deixa bem claro que a homossexualidade não pode ser qualificada como uma doença e que não deveria ser motivo de se envergonhar. Ainda assim, no documento ele se refere à heterossexualidade como “normal”, um discurso que, como vimos, ganhou sua hegemonia na época.

Segundo Moreira (2012) a palavra normal deriva do termo latino norma e seu surgimento cria naturalmente o seu oposto: o anormal, o desviante. No lugar do dogma cristão, passou a imperar o padrão da normalidade, e os desvios de normas já não são mais vistos como crimes, mas sim como doenças, entrando em cena o “homossexualismo” (TREVISAN, 1986). O ideal higienista, sobretudo no final do século XIX e início do século XX, fazia com que aqueles que se afastavam da normalidade fossem criticados pela sociedade e identificados como portadores de doenças ou problemas de saúde. Assim, “a homossexualidade passou a ser vista como distúrbio, anomalia, carecendo de cura, correção” (MOREIRA, 2012, p. 264) e, de acordo com cada caso, diferentes caminhos eram apontados, tais como: hipnose, ginástica, vida ao ar livre, castidade, e até mesmo a procura de prostitutas, como afirmam Reinke et al. (2017). Dessa forma, segundo Almeida (2016), as ciências “do homem”, negam determinados espaços aos homossexuais, oferecendo-lhes as clínicas de tratamento e cura, afinal, a homossexualidade era vista como um perigo para ordem social.

No que se refere à visão liberal da homossexualidade na história, Almeida (2016), nos adverte que ela em si também é contraditória em seus próprios termos. Essa visão, que tem base com o advento da Revolução Francesa (1789) e a ideia de liberdade individual, passa a considerar a homossexualidade uma escolha, além de uma característica relacionada apenas à intimidade de cada um. O problema é que, tolerância não deve ser confundido com o reconhecimento, e este só é garantido aos heterossexuais:

Enquanto os heterossexuais têm seus direitos conjugais, sociais, patrimoniais, sucessórios, extrapatrimoniais e familiares garantidos pelo Estado, as uniões homossexuais devem permanecer na esfera do privado, sem apoio legal. Ou enquanto o espaço público pertence aos heterossexuais, que expressam sua afetividade sem pudor, ao passo que os homossexuais devem se manter na discrição. A justificativa é que a homossexualidade é uma escolha, e escolhas estão fora do contrato social (ALMEIDA, 2016, p. 34-35).

Percebemos assim, o aparato desigual ao qual estão submetidos os homossexuais que atravessa por diferentes dimensões, como as políticas, econômicas e sociais. Seja como pecado, doença ou anormalidade, as sociedades muitas vezes encontraram meios de rotular e reprimir as formas de sexualidade diferentes das da heteronorma. Segundo Santos & Silva (2013), ainda que houvesse uma possibilidade de uma certa tolerância nas sociedades pré-capitalistas, há de se sublinhar uma presença constante em grande parte das formações sociais já registradas um sentimento “anti-homossexual”. Em diferentes momentos, o capitalismo encontrou novas formas de controle da sexualidade:

Em sociedades pré-capitalistas o controle da sexualidade era realizado basicamente por meio da família e da Igreja, que totalizavam a vida em comunidade. Com a ascensão do capitalismo e a perda da centralidade da família na produção de bens materiais, a família passa a ser espaço, sobretudo, para a reprodução de valores afetivos. E como a família já não é capaz de vigiar a sexualidades, os mecanismos de controle do gênero difundem-se. A partir de então faz-se o recurso eminentemente ao saber médico e psiquiátrico. A constatação a que somos conduzidos revela que sob o capitalismo a homofobia e o heterossexismo permanecem como elementos estruturantes da sociedade (SANTOS & SILVA, 2013, p. 120).

Cabe acrescentar que, nem mesmo os teóricos do comunismo escaparam da homofobia. Ainda de acordo com Almeida (2016), em uma carta a Marx datada de 22

de junho de 1869, Engels lamentava “o numeroso grupo de homossexuais existentes naquele momento na Europa, assim como sua infiltração em veias do poder do Estado” e enxergava “a emergência da homossexualidade como resultado da desintegração moral dos homens, iniciada na Grécia Antiga” (ALMEIDA, 2016, p. 35). Mais tarde, campanhas homofóbicas e uma verdadeira repressão também foi vista no stalinismo quando “numerosos homossexuais foram detidos na sequência da promulgação da Lei de 7 de março de 1934, segundo a qual as relações homossexuais por consentimento são punidas com cinco anos de trabalhos forçados” (BORRILLO, 2010, p. 81).

Assim, fica claro que em diferentes lugares e momentos históricos, à homossexualidade impõem-se perseguições, tratamentos, leis e até a pena de morte. Em muitos países, ainda hoje, ser homossexual é visto como crime e muitas das ações contra esses sujeitos são promovidos pelo próprio Estado.

Países como Afeganistão, Somália, Uganda, Arábia Saudita, Iêmen, Emirados Árabes, Irã, Sudão, Mauritânia, Nigéria e Paquistão, apresentam uma realidade em que os casos de prática homossexual são punidos com pena de morte; já em Serra Leoa, Tanzânia, Barbados e Mianmar, a pena da prisão perpétua pode ser aplicada. No total, em 82 países a homossexualidade (principalmente masculina) é ilegal. Ou seja, em mais da metade dos países do globo, ser homossexual é considerado crime, uma ameaça à ordem social. A tais brados, somam-se as condenações de diversas religiões quanto a livre orientação sexual (MALERBA, 2017, p.192).

Embora alguns países não estejam nesse quadro de condenação jurídica à prática homossexual, os números de violência contra indivíduos LGBTI+ também são alarmantes. De acordo com o Relatório 2018 de assassinato de pessoas LGBT no Brasil, desenvolvido pelo Grupo Gay da Bahia³ (GGB), cerca de 420 lésbicas, gays, bissexuais e transsexuais foram assassinados no país. O relatório mostra que a cada 20 horas um LGBT é barbaramente assassinado vítima da “LGBTfobia”, o que faz do Brasil o campeão mundial de crimes contra as minorias sexuais. Os dados mostram que os últimos anos tem apresentado os maiores números de mortes já registrados nos 39 anos que o GGB coleta e divulga os casos de homicídios contra homossexuais -

³ O Grupo Gay da Bahia é a mais antiga associação de defesa dos direitos humanos dos homossexuais no Brasil. Fundado em 1980, registrou-se como sociedade civil sem fins lucrativos em 1983, sendo declarado de utilidade pública municipal em 1987.

homocídios. Atualmente, diz o relatório, matam-se mais homossexuais aqui do que nos 13 países do Oriente e África onde há pena de morte contra os LGBT (GGB, 2018).



Gráfico 1 – Crescimento de pessoas LGBT mortas no Brasil (2000-2018).
Fonte: Relatório 2018 de assassinato de LGBT no Brasil (GGB, 2018, p.1).

Dessa forma, salientamos a importância dos estudos relativos ao debate de gênero e sexualidades em diferentes campos acadêmicos, sobretudo nas ciências sociais, e, no nosso caso, na Geografia, como veremos a seguir.

Um problema que nos preocupa?

Quando percebemos a maneira como a homossexualidade é vista em diferentes momentos do espaço-tempo e os constantes casos de homofobia e violência que marcam o Brasil e outros países pelo mundo, reforça-se a ideia de que as específicas espacialidades dos sujeitos homossexuais tensionam a heterossexualidade inscrita no espaço (ORNAT, 2008). Assim, retomamos à fala do documentário Temporada de caça, que utilizamos como ponto de partida neste artigo e nos perguntamos quais seriam os olhares geográficos sobre a forma como muitas pessoas LGBTI+ encontram para “sobreviver”, através de fugas e deriva pelo espaço buscando uma melhor convivência homossexual, um reconhecimento ou o direito de aparecer. Qual a credibilidade que temos dados a esses estudos e toda sua complexidade nas ciências humanas e sociais, no nosso caso particularmente, na Geografia?

De acordo com Ornat (2008), na segunda metade do século XIX já havia um certo interesse pelos fenômenos sociais relacionados ao gênero e à sexualidade e, para o autor, “estas literaturas eram muito interessantes, pois cartografaram territórios imaginários nos quais novas representações de sexualidade – homo e hetero – foram construídas e contestadas” (ORNAT, 2008, p. 314). Um dos importantes nomes deste momento foi Richard Burton, que através da obra *The Thousand Nights and a Night* (1886) cartografou uma área onde a homossexualidade era comum conhecida como Sotadic Zone.

Burton havia escrito diretamente e abertamente sobre sexo, defendendo um estilo combativo e queixando-se de censura. Burton afirmou que sua abordagem poderia prejudicar sua carreira e seu emprego. E de fato, Burton tornou-se persona non grata, tanto nos corredores da Foreign Office, como na Royal Geographical Society. Mas, o mais importante na sua obra foi à importância dada pelo geógrafo ao espaço no sexo e nas sexualidades, ou melhor, em saber como as relações sociais eram espacialmente constituídas e contestadas (ORNAT, 2008, p. 314).

Depois disso, os estudos que apontavam uma relação entre sexualidade e espaço voltam a aparecer apenas nos anos 1970 e tinham como tópico de discussão os “guetos gays”, que se formavam principalmente nos Estados Unidos (ALMEIDA, 2016; ORNAT, 2008). Na década subsequente, no segundo momento, os estudos de sexualidade na geografia tiveram como objeto de análise os aspectos subjetivos da dimensão social:

Em um momento no qual as discussões sobre as minorias borbulhavam ao mesmo tempo em que se dava a renovação da ciência geográfica, começaram a surgir abordagens que rompiam com a leitura da sociedade como uma estrutura pouco dinâmica. Atribui-se aos estudos de sexualidade na geografia daquele momento a preocupação com a movimentação política em torno dos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), impulsionada com o motim no bar Stonewall Inn, em São Francisco, que ficou conhecido como a Revolta de Stonewall (ALMEIDA, 2016, p. 18).

Por fim, no terceiro momento, que começou nos anos 1990 e se mantém até os dias atuais, são apresentados estudos que presenciam o surgimento de novos paradigmas, fortemente influenciados pela aliança de teorias feministas, pós-estruturalistas ou pós-modernistas e psicanalíticas, a chamada Teoria *Queer* (ALMEIDA, 2016; SALIH, 2015). De acordo com Salih (2015), “a expressão *queer* constitui uma apropriação radical de um termo que tinha sido usado anteriormente para ofender e insultar, e seu radicalismo reside, pelo menos em parte, na sua

resistência à definição – por assim dizer – fácil” (p. 19). Em uma tradução literal, o *queer* pode ser entendido o excêntrico ou o esquisito, e por isso, era usado de maneira ofensiva. Com o passar do tempo, a palavra foi se ressignificando e hoje é um adjetivo utilizado por pessoas que veem os termos lésbica, gay, e bissexual como rótulos que restringem a amplitude e a vivência da sexualidade (REIS, 2018). Assim, “o *queer* não está preocupado com definição, fixidez ou estabilidade, mas é transitivo, múltiplo e avesso à assimilação” (SALIH, 2015, p. 19). Segundo Louro (2018), “a expressão indica o espaço da diferença que não quer ser integrada”, nesse caso, “*queer*, seriam sujeitos e práticas que se colocam contra a normatização venha de onde vier, ou seja, contra a evidente normatização da chamada sociedade mais ampla e contra a normatização que se faz no contexto das lutas afirmativas das identidades minoritárias” (LOURO, 2018, p. 97).

Conforme aponta Silva (2010, p.45), o movimento dessa teoria, “além de desafiar a forma de fazer geografia, firma compromissos políticos com a justiça social, a equidade e o desmantelamento do poder da ciência que também gera as hierarquias sociais”. Por isso, alguns autores e estudos falam até mesmo de uma *Geografia Queer*. Segundo Larry Knopp (2007), as geografias *queer* nos fazem repensar os estudos sobre sexualidade e espaço criticando as categorias e os essencialismos tomados como garantidos pelo pensamento estruturalista. Além disso, elas “fazem parte de um projeto maior, compartilhado por algumas linhas da geografia feminista contemporânea, de se basear criticamente nas filosofias e epistemologias humanísticas e redefinir a geografia humana de maneiras que buscam diminuir a divisão entre as abordagens científicas sociais e outras abordagens para o estudo dos fenômenos humanos” (KNOPP, 2007, p. 48, tradução livre).

Nesse mesmo período de surgimento e discussão das *Geografias Queers*, também ganham espaço as chamadas geografias das sexualidades. De acordo com Almeida (2016), podemos destacar alguns autores importantes como Gavin Brown, Glen Elder e Tracey Skelton, responsáveis por debates muito interessantes e que podem ser encontrados numa coletânea chamada *Mapping desire: geographies of sexualities*, lançada em 1995 e organizada por David Bell e Gill Valentine. Uma outra importante geógrafa desse momento é Kath Browne, autora que deu uma atenção

muito especial às questões das lésbicas e das trans, principalmente ao desenvolve o conceito de genderismo.

Genderismo foi uma tentativa de nomear o policiamento de gênero calcado em ideais heteronormativos específicos. Eu usei esse termo para “articular casos de discriminação, muitas vezes não identificados como tais, baseados na descontinuidade entre sexo/gênero com os quais um indivíduo identifica-se e como os outros, em uma variedade de espaços, leem o sexo/gênero deles” (...) Genderismo, para mim, pode ser aplicado ao policiamento e depreciação das pessoas trans, entretanto eu identifiquei que havia mulheres de gênero cis, cujas características sexuais secundárias coincidiam com suas identidades de gênero que estavam, em suas perspectivas, sendo mal-interpretadas. Para esse grupo, então, cisgenderismo não se adequava ao policiamento que vivenciaram. A vivência delas indica claramente a arbitrariedade da leitura (errônea) dos corpos, e como tais leituras têm um papel crucial não somente para generificar os corpos, mas como também generifica espaços dentro de uma dicotomia masculina/feminina (VIEIRA & SILVA, 2014).

A partir desse exemplo, conseguimos ter uma dimensão do quanto essas geografias da sexualidade e a geografia *queer* além de dar espaço aos sujeitos muito marcados pela invisibilidade, refletem de forma mais ampla sobre as vivências de cada um desses sujeitos. Essas outras geografias, as quais desde que deram seus primeiros passos continuam sendo subestimadas, representam a necessidade de se ter outros olhares dentro de uma ciência tão diversa como a geografia. Conforme afirma Silva (2010):

A perspectiva crítica presente no movimento de transformação da geografia nos anos 1990 despertou a necessidade de atitudes reflexivas em relação ao modo de produzir a ciência e subverter o poder instituído, que naturaliza as injustiças cotidianas provocadas pela ordem compulsória da sociedade heteronormativa (SILVA, 2010, p. 45).

Na geografia brasileira, os estudos sobre sexualidade crescem de maneira muito lenta. Segundo Silva & Ornat (2015), a produção científica geográfica na área das sexualidades só ganhou maior atenção nos primeiros anos do século XXI. Essa produção “representa apenas 0,49% de um universo de mais de 13.000 artigos levantados no banco de dados do Grupo de Estudos Territoriais” e os artigos enquadrados nessa temática “são publicados em periódicos jovens e de menor prestígio acadêmico, segundo o Sistema Qualis CAPES” (SILVA & ORNAT, 2015, p.271). Dentre os principais autores que desenvolvem estudos das sexualidades no Brasil, o geógrafo Miguel Ângelo Ribeiro é considerado o pioneiro. Em entrevista para

a Revista Latino-americana de Geografia e Gênero, em 2015, o pesquisador revelou os desafios e perspectivas de se trabalhar com uma abordagem que sofre muitas críticas preconceituosas tanto no âmbito acadêmico como da sociedade. Esse preconceito pôde ser visto de forma latente no período em que geógrafo fez seu mestrado entre 1974 e 1982, quando foi convidado a não realizar um trabalho que tratasse de “sujeitos orientados sexualmente para o mesmo sexo” e a desenvolver uma pesquisa com temáticas mais oficiais naquele momento (SILVA E ORNAT, 2015). Foi somente nos anos 1990 que Miguel Ângelo Ribeiro retornou ao tema, escrevendo artigos que exploram principalmente a prostituição no Rio de Janeiro e como os grupos que exercem tal atividade (mulheres, homens, travestis) se apropriam do espaço.

A situação citada acima pela qual o geógrafo passou só revela o quanto os estudos sobre gênero e sexualidades tendem a gerar um certo desconforto e até mesmo práticas homofóbicas dentro da própria academia, que muitas vezes julga os temas nobres que devem merecer atenção da ciência geográfica e quais devem ser calados (SILVA & ORNAT, 2011), que na verdade é só um retrato da nossa sociedade. Sabemos que são tempos cada vez mais difíceis para diversas minorias frente à essa legitimidade do pensamento hegemônico e conservador. No Brasil, por exemplo, com os resultados das eleições de 2018, nos quais foram eleitos candidatos com um posicionamento extremamente conservador, muitas pessoas assumiram um verdadeiro sentimento de desesperança. Para outras, esse momento atual é a chave para olharmos para o futuro e para tudo que está acontecendo com outros olhos, afinal, não adianta apenas falarmos dos problemas e criticarmos as ações tomadas pelos órgãos de governo, precisamos também incentivar a mudança e apresentar o que ainda é possível. Isso nos lembra uma das falas de uma *Drag Queen* brasileira chamada Rita Von Hunt, que certa vez nos chamou a atenção para uma das músicas mais emblemáticas da representatividade gay: *I Will Survive*, interpretada pela cantora norte americana Gloria Gaynor. Rita observou que é curioso que tal canção começa com “No início eu estava com medo, fiquei petrificada” e termina com “Eu vou sobreviver”. Coincidência? Jamais.

As espacialidades de muitos gays, lésbicas, transsexuais, intersexuais, etc., em outras palavras, a forma como essas pessoas vivem e sobrevivem tem gerado

diferentes livros, artigos de revistas, monografias, teses e dissertações, escritos e orientados por autores que já se tornaram referência nos estudos daquilo que Silva (2009) vai chamar de geografias subversivas, se referindo tanto à subversão da prática do fazer científico quanto das práticas de grupos sociais pesquisados. Não é intenção de nossa parte elencar estes trabalhos, mas só reafirmar o quanto têm se tornado cada vez mais necessários o “sair do armário” desses debates, discussões e pesquisas que abordam temáticas LGBTI+ e que dão maior visibilidade à luta, à representatividade e às espacialidades de cada um desses sujeitos.

Referências

ALMEIDA, L. M. C. Subjetividade, gênero e Estado de Direito no contexto das democracias liberais contemporâneas. **Direito, Estado e Sociedade**, v. 46, p. 192-222, 2015.

ALMEIDA, V. S. **As espacialidades homossexuais masculinas como constituidoras da urbanidade**: análise comparativa entre São Paulo e Paris (Trabalho de Graduação Individual) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Departamento de Geografia. São Paulo: 2016.

BORRILLO, D. **Homofobia**: história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 236 p.

_____. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Tradução: Fernanda Siqueira Miguens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

COSTA, B. P. da. HEIDRICH, A. L. Além da sociedade - os dramas e os conflitos do espaço social: o exemplo das microterritorializações homoeróticas. In: **IX Colóquio Internacional de Geocrítica**, Porto Alegre, 2007. <<http://www.ub.es/geocrit/9porto/benhur.htm>> Acesso:15 nov. 2018.

COTTA, D. REZENDE, R.; “Não curto afeminado”: homofobia e misoginia em redes geossociais homoafetivas e os novos usos da cidade. In: **Contemporanea - Revista de Comunicação e Cultura**, v. 13, n. 2, 2015, p. 348-365.

FACCHINI, R. Entre compassos e descompassos: um olhar para o ‘campo’ e para a ‘arena’ do movimento LGBT brasileiro. **Bagoas**: Revista de Estudos Gays, v. 3, n. 4, p. 131-158, jan./jun. 2009.

FERNANDES, E. R. Quando o armário é na aldeia: colonialidade e normalização das sexualidades indígenas no Brasil. In: **Anais do X Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental**, 2016.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade 2: O uso dos prazeres**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

GGB – Grupo Gay da Bahia, **Assassinatos de LGBT no Brasil – Relatório 2018**. Disponível:< <https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2019/01/relatório-de-crimes-contralgbt-brasil-2018-grupo-gay-da-bahia.pdf>>. Acesso: 23 abr. 2019.

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

KATZ, J. N. **A invenção da heterossexualidade**. Rio de Janeiro, RJ: Ediouro, 1996.

KIMMEL, M. S. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. In: **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 4, n. 9, p. 103-117, Out. 1998.

KNOPP, L. On the Relationship Between Queer and Feminist Geographies. **Professional Geographer**. Vol. 59, p. 47 - 55, 2007.

LOURO, G. L. **Um Corpo Estranho** – Ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018, 92 p.

MALERBA, J. P. Homossexualidade e Alteridade: uma análise bakhtiniana das Paradas Gays. In: **Revista Mídia e Cotidiano** - Artigo Seção Livre, Volume 11, Número 1, abril de 2017.

MOREIRA, T. A. S.; O ato de nomear - da construção de categorias de gênero até a abjeção. In: XVI Congresso Nacional de Linguística e Filologia, 2010, Rio de Janeiro. **Cadernos do CNLF**. Rio de Janeiro: Instituto de Letras da UERJ, 2010. v. 14. p. 2914-2926.

MOREIRA, A. A homossexualidade no Brasil no século XIX. **Bagoas: Revista de Estudos Gays**, v. 7, 2012.

MOTT, L. A Revolução Homossexual: o poder de um mito. **Revista da USP**, São Paulo, v. 49, p. 40-59, março/maio 2001.

NAZARIO, L. O outro cinema. In: **Aletria** – revista de estudos em Literatura, v.

NUNES, D. M. Falando sobre o desconhecido: reflexões acerca de comentários homofóbicos produzidos numa postagem do Facebook sobre os estudos de gênero na Geografia. **RELACult** - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade, v. 5, p. 1-15, 2019.

ORNAT, M. Sobre Espaço e Gênero, Sexualidade e Geografia Feminista. **Terr@ Plural** (UEPG. Impresso), v. 2, p. 309-322, 2008.

PALLAMIN, V. M. Espaço Público e as Lutas por Reconhecimento. **Espaço & Debates**, São Paulo, v. 46, p. 55-61, 2005.

PATTO, M. H. S. O conceito de cotidianidade em Agnes Heller e a pesquisa em educação. In: **Perspectivas**, São Paulo, 16, p. 119-141, 1993.

POSSAMAI, P. C. Sexo e poder na Roma Antiga: o homoerotismo nas obras de Marcial e Juvenal. **Bagoas: Revista de Estudos Gays**, v. 4, p. 80-94, 2010.

- PRADO, M. A. M.; MACHADO, F. V. **Preconceito contra homossexualidades - A hierarquia da invisibilidade**. 1. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2008. v. 5. 144p.
- REINKE, C. A.; SCHEMES, C.; MAGALHÃES, M. L.; KESKE, H. A. Homossexualidade masculina e suas marcas históricas. **Métis história e cultura**. v. 16, n. 31, p. 275-290, jan./jun. 2017.
- REIS, T. (org). **Manual de Comunicação LGBTI+**. 2ª edição. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI/GayLatino, 2018.
- SALIH, S. **Judith Bultler e a teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- SANTOS, A. R. B. ; SILVA, H. K. C. . Identidade LGBT e capitalismo: a construção histórica da homofobia e as estratégias jurídicas para seu combate. **Anais da Jornadas de Iniciação Científica da Faculdade de Direito da UFPR**, 2014.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 48-81.
- SILVA, J. M. Geografias feministas, sexualidades e corporalidades: desafios às práticas investigativas da ciência geográfica. **Espaço e Cultura (UERJ)** , v. 27, p. 39-55, 2010.
- SILVA, J. M. ; ORNAT, M. J. .Sobre sexualidade e espaço: prostituição e território travesti. In: RIBEIRO, M. A. C. ; OLIVEIRA, R. S. (orgs.). **Território, sexo e prazer: olhares sobre o fenômeno da prostituição na geografia brasileira**. Rio de Janeiro: Gramma, 2011.
- SILVA, J. M. ; ORNAT, M. J. Luta e resistência das Geografias das Sexualidades no Brasil: uma entrevista com Miguel Ângelo Ribeiro. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, v. 6, p. 271-280, 2015.
- TREVISAN, J. S. **Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. 1ª. ed. Rio de Janeiro e São Paulo: Editora Record, 1986.
- VAINFAS, R. **Trópico dos pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. v. 1. 446p.
- VAINFAS, R. ; SILVA, J. M. Geografias das Sexualidades: Deslocando hegemonias - Uma entrevista com Kath Browne. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, v. 5, p. 254-262, 2014.
- WELZER-LANG, D. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Revista Estudos Feministas**. 2001, vol.9, n.2, pp.460-482.

Recebido em 01 jun. 2020;
Aceito em 30 jun. 2020.